



GREVE GERAL NA FRANÇA
Operários da França respondem ao projeto neoliberal e gritam: "Trabalhadores do mundo, UNI-VOS!"
Página 5



IMPEACHMENT! SIM OU NÃO?
Página 9



TODO DIA É DIA DE ÍNDIO
Como trabalhar a temática dos povos indígenas com os pequenos
Página 12

COM 24 VOTOS A 23, CONSELHEIROS ELEITOS DIZEM NÃO À EBSEERH



Entretanto, com nove votos biônicos, a Reitoria inverteu o resultado e doou o Gaffrée

O Conselho Universitário (Consuni) do dia 15 de março aconteceu no Auditório do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG). Dessa vez, os médicos docentes da direção se abstiveram de fazer ataques físicos aos estudantes e técnicos-administrativos da universidade, mas mantiveram o clima de coação colocando dois seguranças da Confederal Rio para recepcionar os conselheiros que entravam pela única porta do auditório.

A atuação da Reitoria foi constrangedora. Técnicos-administrativos, estudantes e docentes produziram um dossiê com mais de 70 páginas demonstrando o estado dos hospitais universitários por todo o país. O documento não deixava dúvida sobre o equívoco da privatização do hospital universitário. Do outro lado, os dirigentes pró-privatização não produziram uma folha sequer sobre o assunto.

Durante as três horas de debate, ficou evidente que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) não era solução. As explanações, uma a uma, iam evidenciando que morreriam com o contrato assinado pelo Magnífico Reitor: a) a qualidade de assistência médica prestada pelo Gaffrée; b) a qualidade do ensino de

medicina praticado na UNIRIO; c) a democracia universitária.

Ao fim de três horas de debate, os conselheiros eleitos se posicionaram: 24 conselheiros eleitos disseram NÃO à Ebserh, contra 22 votos a favor.

A Reitoria utilizou-se, então, de seus votos biônicos: os pró-reitores e os servidores detentores de cargos de confiança foram obrigados a votar em bloco, mesmo contra a opinião de seus servidores.

Foi o caso da Diretora do Sistema de Bibliotecas, Márcia Valério. Apesar da posição clara dos servidores do sistema contrários à privatização do hospital, a diretora não seguiu o voto dos servidores, por imposição da gestão ao seu voto.

O mesmo aconteceu com Carlos Antônio Guilhon Lopes, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas *pro tempore*, que votou a favor da privatização ao som de vaias dos servidores da PROGEPE presentes na sessão.

Ao todo, a gestão tem nove votos biônicos: seis votos de pró-reitores (Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Planejamento e Pró-

-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa) e três votos de diretores (Direção do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO; Direção do Arquivo Geral e Direção do HUGG).

Os nove cargos são natos. Eles são de livre nomeação do reitor. Para essa convocação, a Reitoria definiu o voto de seus representantes biônicos. Essa foi uma das principais causas que levou Mariana Flores Fontes Paiva a renunciar ao cargo de Pró-Reitora da PROGEPE.

A decisão da reitoria de privatizar o Gaffrée teve um alto custo. Para lograr êxito, o Magnífico Reitor da UNIRIO foi obrigado a fazer estelionato político; mentiu durante a campanha eleitoral dizendo que a Ebserh era assunto morto e que havia sido colocada uma pá de cal no assunto; falou também que poderia ter assinado o contrato com um golpe de canetada, mas que nunca o fez e que jamais o faria, pois era contra sua índole.

No entanto, deu um duplo golpe nos dois conselhos superiores e promoveu uma eleição arbitrária e ilegítima dos conselhos, sem aprovar a minuta eleitoral nem homologar os conselhos eleitos. Encerrou ambos e conduziu a eleição dos novos

conselhos por uma comissão indicada pela Vice-Reitoria, tornando os conselheiros eleitos ilegítimos. Além disso, fez a eleição de modo atabalhoado, em pouco tempo e proibiu a campanha nos dias de eleição (fato que não aconteceu na eleição de reitor do mesmo ano), o que praticamente impediu o debate.

Tendo beneficiado seus amigos na eleição do Consuni, convocou uma sessão para o dia 11 de dezembro de 2015, com o tema Ebserh, desrespeitando a deliberação do dia 7 de agosto de 2014 desse mesmo conselho. O reitor quis que o conselho recém-empossado tomasse uma decisão às pressas sobre um tema fundamental e sobre o qual a maior parte não tinha o necessário conhecimento.

Mesmo sem conseguir seu intento, assinou o contrato com a Ebserh sem apresentá-lo aos conselhos - o pior contrato já realizado entre a empresa e uma universidade, é preciso ressaltar.

No dia 15 de março deste ano, convocou um Consuni para aprovar *ad referendum* o seu feito. Perdeu e precisou apelar para seus conselheiros biônicos ordenando a todos que votassem favoravelmente ao seu golpe.

O que é voto biônico?

O termo ganhou destaque na ditadura civil-militar que dirigiu o país entre 1964 e 1989. Para dar verniz de democracia ao golpe civil-militar, o governo criou o artifício dos cargos biônicos. Na prática, eram cargos que deveriam ser eleitos, mas eram indicados pelos presidentes ou governadores.

No caso do Consuni da UNIRIO, o termo representa conselheiros que votam, mas não têm poder de voto. São aqueles que são indicados pela gestão e que, em certos momentos, são obrigados a votar de maneira por ela determinada.

Numa decisão como a da Ebserh, o expediente de usar de seu poder para forçar os seus biônicos a doarem o Gaffrée seria imoral e antiético.

POR UMA FRENTE EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Não devemos pagar pela crise

A conjuntura nacional está numa ebulição político-institucional, em grande parte devido à polarização entre governistas e oposição de direita. No meio disso tudo, encontra-se a sociedade, que está indignada com a atual situação do país e, principalmente, com os escândalos de corrupção. A indignação popular vem desde as jornadas de junho de 2013, passando pelo “Não vai ter copa”, em 2014, e pelas lutas e greves de 2015.

Contudo, a indignação está sendo canalizada pela oposição de direita em um único foco, que é tirar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) do poder. A tática utilizada pela direita para seduzir a população é o lema “Contra a corrupção”. Uma pergunta que fica é: alguém sai às ruas a favor da corrupção? Essa é uma pauta ampla e que não aponta caminhos - e pior, é encabeçada por diversos corruptos condenados ou citados em investigações.

Em resposta a isso, o governo aponta outra pauta ampla e sem o de-

vido aprofundamento, que é a “Em defesa da democracia”. Mas qual democracia? A quem ela serve? E como, por que e para quem ela é construída? A democracia, ou o dito “estado democrático de direito”, é quebrada todos os dias com ataques frontais aos direitos trabalhistas e sociais - estes, sim, conquistados com muita luta e consagrados democraticamente.

Outro mote do governo é o “Não vai ter golpe”. A alegação de que o impeachment é um golpe carece de um debate mais profundo, pois, dentro da legalidade e do estado democrático de direito, a figura do impeachment é válida e reconhecida, vide o que aconteceu com o ex-presidente Fernando Collor. Contudo, podemos até debater a legitimidade dos autores e dos argumentos e motivações que estão levando a esse pedido. Mesmo assim, sem o uso de argumentos que levem a um terrorismo do tipo “1964 está aí” ou que “o fascismo quer voltar

ao poder”, bradados pelos que defendem o governo. Não há, na atual conjuntura, indícios de uma mobilização de militares para aplicar um golpe. E os fascistas não deixaram o poder: governam junto com o PT nesses 13 anos, num governo de coligação em nome de uma suposta “governabilidade”, uma escolha política equivocada do PT, que na verdade se mostrou uma grande traição à classe trabalhadora, já que em 2002 o PT já possuía base social e legitimidade popular para fazer as reformas progressistas de que o Brasil necessitava.

Diante desse cenário de polarização colocado no senso comum e alimentado pela grande mídia, é que os sindicatos, partidos de esquerda como PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e PCB (Partido Comunista Brasileiro) e movimentos sociais e populares independentes têm a tarefa de construir uma frente ampla em defesa

dos direitos dos trabalhadores e dos direitos sociais que foram conquistados por meio de muita luta ao longo da história.

Para além dessa tentativa de “americanização” da política nacional, devemos nos colocar nas lutas com uma frente que esteja irrestritamente na defesa da classe trabalhadora, carregando todas as bandeiras e pautas históricas e atuais da defesa dos trabalhadores rumo ao poder popular e ao socialismo. Isso, sem nos deixarmos levar por essa dicotomia que não nos serve e não oferece alternativa. Seja Dilma, Cunha, Temer, Aécio, Serra, Marina, Ciro Gomes, Bolsonaro, PT, PSDB, PMDB, PP, PSC, etc., nenhum deles estará conosco, já deram provas a quem servem. São servis do capital, do agronegócio, do rentismo, dos exploradores, dos banqueiros e da aristocracia que domina historicamente a economia e a política nacional. Para os trabalhadores e a população,

de um modo geral, nenhum deles serve, todos continuarão a tocar os projetos neoliberais e de ataques aos trabalhadores.

Por isso, antes de discutirmos sobre eleições gerais, temos que construir um campo que se torne alternativa para essas eleições, mas que venha da construção dessa frente nas lutas cotidianas, das pautas históricas e da força das ruas e dos locais de trabalho. Não podemos nos submeter aos caprichos dos que estão disputando quem terá a caneta para o corte e cassada de direitos, temos que nos contrapor a essa lógica política do terrorismo de que ambos os lados da atual polarização se utilizam.

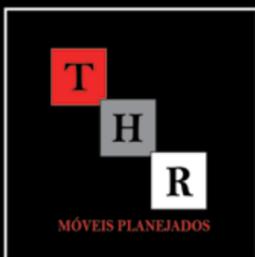
Temos o dever de construir a alternativa real de esquerda, classista, democrática e popular.

Nem o governo, nem a direita: por uma frente em defesa dos DIREITOS dos trabalhadores!

THR móveis planejados

CASA
COMPLETA
R\$7.600,00
à vista

100% MDF
PORTAS DE 18MM
CORREDIÇAS TELESCÓPICAS
PUXADORES DE ALUMÍNIO
5 ANOS DE GARANTIA



Av. Dom Hélder Câmara, 5027, Loja 3B, Cachambi.
(ESTACIONAMENTO PROMIX - 2º PISO)

Tel: 3096-5567/96421-2236

E-mail: contato@thrmoveisplanejados.com.br

Site: thrmoveisplanejados.com.br

Luta contra o corte de linhas em Jacarepaguá

Reunião da LUTA pelo TRANSPORTE de JACAREPAGUÁ

**Sábado:
30/04
às 15h**

Chame seu vizinho, amigo, familiar...

É O POVO QUE VAI MANDAR NO TRANSPORTE!

Desde janeiro, os moradores da Praça Seca se reúnem visando solucionar o problema decorrente do corte de linhas de ônibus imposto pela política da Prefeitura do Rio de Janeiro de "racionalização" do transporte público rodoviário na região de Jacarepaguá e do corredor do BRT Transcarioca. Ao todo, 54 linhas foram extintas ou tiveram o trajeto modificado, o que causa constrangimentos para a população: desde o acesso prejudicado ao seu local de trabalho (linhas para o Recreio dos Bandeirantes, Tijuca e zona sul foram afetadas) até dificuldade para se chegar ao hospital Cardoso Fontes, principal unidade de saúde pública da região, já que a linha 766, que anteriormente fazia o trajeto Freguesia-Madureira, teve o seu itinerário fragmentado.

Essa mudança deixa a população do bairro refém dos serviços de transporte oferecidos pelo consórcio Transcarioca, que opera o corredor de BRT da região. Essa política aumenta o tempo das viagens, o número

de baldeações e, consequentemente o número de passagens pagas pelo usuário. Ao mesmo tempo, o lucro das empresas de ônibus tende a aumentar à medida que diminuem os seus custos, visto que a frota diminui e passa a operar em trajetos menores, nos quais, na maioria dos casos, os motoristas são submetidos a dupla função, pois também são responsáveis pela cobrança das passagens.

É necessário compreender que essas mudanças aconteceram sem a devida consulta à população, em mais uma medida arbitrária tomada na cidade do Rio de Janeiro por uma prefeitura que possui relações muito estreitas com o processo de expansão e especulação imobiliária que acontece na região da zona oeste. Por isso, após a manifestação ocorrida no dia 6 de abril, a população da Praça Seca voltará a se reunir contra o corte das linhas de ônibus da região no dia 30 de abril (sábado), às 15 horas.

Algumas das linhas afetadas:

766 (Madureira - Freguesia), 758 (Cascadura - Recreio, via Salvador Allende - circular), 761 (Madureira - Boiúna), 762 (Madureira - Colônia), 763 (Madureira - Santa Maria), 736 (Cascadura - Rio Centro), 749 (Cascadura - Recreio, via Vargem Grande), 760 (Curicica - Madureira, via Guerengê), 690 (Méier - Alvorada), 734 (Rio das Pedras-Madureira), 764 (Madureira - Pau da Fome), 465 (Cascadura - Gávea), 732 (Gardênia Azul - Cascadura), 748 (Cascadura - Barra, via Estrada de Jacarepaguá - circular), 610 (Del Castilho - Pça Seca), 636 (Saens Peña - Gardênia Azul), 952 (Pça. Seca - Penha - Circular), 700 (Madureira - Ponte de Marapendi), 701 (Madureira - Alvorada), 753 (Cascadura - Recreio - via Ayrton Senna), 757 (Cascadura - Rio Centro, via Camorim), 765 (Cascadura - Barra, via Ayrton Senna), 958 (Pça Seca - Cidade Universitária), 346 (Praça XV - Gardênia Azul), 353 (Cidade de Deus - Rodoviária).



Ato contra o corte de ônibus

A população da Praça Seca se organiza contra os cortes arbitrários de ônibus feitos pela prefeitura.

Eduardo Paes, prefeito que recentemente ridicularizou o ex-presidente Lula pela sua "mania de pobre", promoveu o maior ataque aos trabalhadores do Rio de Janeiro desde Pereira Passos, que promoveu a "limpeza" urbana da cidade.

Paes cortou o acesso dos territórios de baixa renda à zona sul da cidade, parte considerada de mais alta renda do povo carioca.

A nova configuração dos transportes rodoviários força a população das zonas chamadas "periféricas" a utilizar de dois a três transportes

rodoviários para chegar ao trabalho. Antes os trabalhadores precisavam de apenas uma passagem para chegar ao seu destino.

Além do dispêndio financeiro, o novo modelo rodoviário também aumentou o tempo necessário para se chegar ao trabalho. Rotas em que se levava 40 minutos, agora se leva mais de três horas.

Mas, a julgar pela conversa do atual prefeito com o ex-presidente, talvez ele considere isso "alma de pobre".

No dia 6 de abril, a população da zona oeste respondeu ao prefeito com um retumbante "não", em ato na Praça Seca.

Exibição e debate sobre o filme KBELA na UNIRIO

Chegou a hora de soltar as "kbelas" e falar de mulher e de negritude na Unirio. Após grande sucesso de público e crítica, o filme *Kbela*, de Yasmin Thayná, será exibido na Unirio. Venha participar conosco: é dia de enegrecer a Urca.

Sinopse: O filme busca refletir sobre o lugar da mulher negra na sociedade contemporânea, os atuais padrões de beleza, sua expressão, autoimagem e identidade. Ela define: "Temos dito que é uma experiência sobre ser mulher e tornar-se negra. O filme é uma sequência de metáforas presentes no cotidiano de boa parte das mulheres negras do mundo". *Kbela* tem forte inspiração em *Alma no Olho*, realizado por Zóximo Bulbul.

Serviço:

Quando: Dia 28 de abril, às 19h;

Onde: No Auditório Paulo Freire (CCH - UNIRIO), Av. Pasteur 436, Urca;

Palestrantes:

Silvana Bahia - Jornalista e diretora de comunicação do filme *Kbela*

Mariana Gesteira - Técnica em Assuntos Educacionais do CLA/UNIRIO

Jéssica Alves e Mariana Nascimento - Alunas do CCJP/UNIRIO

Terezinha Martins - Professora da Escola de Serviço Social da UNIRIO

Mediação: Thamyres Dalethese - Mestre em Educação na UNIRIO.

KBELA



28 DE ABRIL DE 2016 | 19 HORAS
AUDITÓRIO PAULO FREIRE (CCH UNIRIO)
AV. PASTEUR, 436

PALESTRANTES

Silvana Bahia (jornalista e diretora de comunicação do filme Kbela)
Equipe Kbela

Terezinha Martins (professora da Escola de Serviço Social)
Mariana Gesteira (Técnico em Assuntos Educacionais CLA)
Jéssica Alves e Mariana Nascimento (alunas CCJP)
Mediação: Thamyres Dalethese (Mestre em Educação, Unirio)

REALIZAÇÃO: CINE CCH, CCE NAJUP, NegreM, FAPAZADOS, MENINAS



O 1º Encontro Popular de Saúde é um evento que reunirá pessoas, movimentos e ativistas pra lutar pelos seus direitos.
#BoraGeraParticipar!!

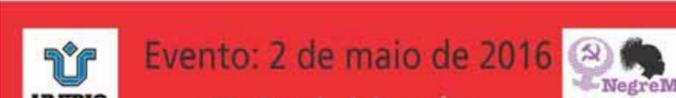
Esse é um convite que traz a proposta de dialogarmos na nossa comunidade, nas nossas unidades de saúde, em nossas escolas, no nosso trabalho, com nossas famílias, vizinhos, amigos etc sobre quais são os problemas que mais nos atrapalham para termos uma vida saudável. No Encontro nos reuniremos com pessoas de outras comunidades e movimentos sociais, e com elas poderemos trocar experiências e ideias de organização e de enfrentamento desses problemas.

Você? O que escreveria em uma faixa para levar para o Encontro Popular de Saúde?

Participe da construção do Encontro Popular de Saúde, entre no endereço da internet e veja as atividades preparatórias, materiais de divulgação. Registre lá sua contribuição.
<https://www.facebook.com/events/1555774498068847/>

Local: Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila
(Avenida Dom Helder Câmara, 1.184, Manguinhos, Rio de Janeiro)

Data a confirmar: fiquem atentos!



Evento: 2 de maio de 2016

III Seminário sobre Trabalho e Saúde na Reestruturação Produtiva: Assédio Moral e adoecimento mental.

Horário: de 18:30 as 22:00 hs
Local: Auditório Vera Janacopulos - UNIRIO
Av Pasteur, 296 - Urca - RJ

DEBATEDORAS

Conceição Robaina:
"O Trabalho e seus rebatimentos na saúde mental dos trabalhadores"
Assistente social. Tecnologista em saúde pública da Fiocruz, docente da PUC-RJ.

Perciliana Rodrigues:
"Saúde dos trabalhadores: uma perspectiva de classe"
Assistente Social da UERJ, Mestre em Educação, Coordenadora do PESUERJ/HUPE/UERJ.

Terezinha Martins dos Santos Souza:
"O Assédio Moral no trabalho e a luta de classes apontamentos"
Professora Adjunta da ESS/Unirio, doutora em Psicologia Social, membro fundadora do www.assediomoral.org.br

Mediador - Ique H. de Moraes
Assistente social pela ESS/UNIRIO.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Iane Queiroz, Ique Hillesheim, Isabel Barbosa, Isadora Sousa, Luana Pereira, Mariana Barbosa, Sylvia Alves e Terezinha Martins



FRANÇA faz GREVE GERAL contra FLEXIBILIZAÇÃO das leis TRABALHISTAS

A cassada dos direitos trabalhistas na França encontrou uma resistência grande entre a população. No dia 31 de março de 2016, houve a quinta greve geral desde a formulação do projeto que flexibiliza as leis trabalhistas, proposto pela ministra do trabalho, Myriam El Khomri.

Se aprovada, a lei retira o direito de folga em caso de morte de ente próximo; amplia o horário dos turnos noturnos; retira a restrição do limite de 46 horas de trabalho semanal; permite a contratação de trabalho em tempo parcial; os acordos coletivos de trabalho com negociação anual passam a ser negociados a cada três anos, a duração máxima de acordos coletivos será de cinco anos, sem garantia de retenção dos direitos adquiridos, entre outros; acaba com o valor mínimo de indenização em caso de demissão sem justa causa; cria facilidades para demissão para as empresas em dificuldades econômicas.

A lei reflete uma guinada para mais à direita do governo social-democrata François Hollande, que aparentemente assumiu uma agenda neoliberal, como o Brasil. Hollande vinha sendo pressionado por uma direita organizada conhecida como "Le Pen".

A direita francesa pressionou o governo social-democrata atizando o xenofobismo francês contra os imigrantes na França. Hollande recebeu uma grande quantidade de refugiados sírios e iraquianos, além de imigrantes ilegais. Le Pen associa o aumento de imigrantes aos atentados terroristas e às dificuldades de trabalho enfrentadas pelos franceses.

Em resposta, Hollande assumiu a política financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI) com corte de gastos, colocando em risco benefícios sociais e os direitos trabalhistas até o extremo da reforma da lei trabalhista proposta por El Khomri.

A resposta foi dada por uma série de movimentos de resistência que

culminaram na greve geral do dia 31 de março. A França não presenciava nada parecido desde maio de 1968, quando estudantes e operários mobilizaram um movimento espontâneo de resistência à política liberal de De Gaulle.

Mais de 250 cidades francesas fizeram grandes mobilizações. As centrais sindicais CGT, Força Operária e Solidários unificaram suas forças para construir a greve. Estudantes também participaram com grande entusiasmo do movimento fechando PARIS 8.

A resistência francesa já fez o governo recuar do recurso facilitado ao trabalho a tempo parcial; do aumento do número de semanas consecutivas, nas quais os trabalhadores podem trabalhar por 44 ou 46 horas; do aumento da duração máxima do trabalho noturno; e de retirar a licença por falecimento de um parente próximo. Apesar disso, o movimento continua, segundo as centrais sindicais, até a vitória total.

Se a França mantiver sua força e derrotar a política neoliberal, poderá mudar o rumo das políticas dos países periféricos, como o Brasil.

O governo Dilma tem seguido uma conjuntura bem semelhante à de Hollande. Assumiu seu segundo mandato com uma política econômica austera, na intenção de agradar o Consenso de Washington. A diretriz do seu governo se pautou pela cassada aos direitos trabalhistas, ampliando a participação privada nos serviços públicos, cortando dinheiro da educação, saúde e previdência, ampliando a utilização dos recursos públicos no lucro do setor financeiro e tendo o capital bancário como maior beneficiado.

Ainda em 2015, a presidenta restringiu o direito a pensão e seguro desemprego. Em abril, apresentou o Projeto de Lei 4.330, que permite a terceirização da atividade fim, tanto nas empresas privadas (com CLT)

quanto nos órgãos públicos (com RJU). Na prática, a lei acabará com os direitos trabalhistas e com as indenizações. Na Agenda Brasil proposta pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), até a cobrança pela utilização do Sistema Único de Saúde já está em curso.

No ajuste fiscal proposto em 2016, em meio ao fogo cruzado de corrupção e impeachment, a presidenta já fala em demissão no serviço público (por meio do Programa de Desligamento Voluntário - PDV), em não cumprir com os acordos de greve de 2015 e não ampliar a atuação do estado na crise econômica.

Hoje é possível dizer que, por menos que isso, a França fez greve geral e ocupou as ruas e praças públicas. Se o Brasil seguir o mesmo exemplo, a esquerda tirará a primazia da direita nos movimentos de massa e assumirá um protagonismo histórico. Essa saída poderá criar um bloco alternativo às políticas neoliberais e retirar o BRIC da nefasta influência do Consenso de Washington.

O que é o Consenso de Washington?

O consenso foi constituído por órgãos da economia internacional como FMI, Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos.

Ele tem dez postulações básicas, das quais as três mais importantes são "investimento estrangeiro direto, sem restrições; privatização das estatais; desregulamentação das leis trabalhistas".

O grupo organizou uma política lobista em cada país do mundo. Naqueles considerados em desenvolvimento, sua atuação foi mais eficaz. Nas democracias estabelecidas da Europa, a ação do grupo obteve maior resistência.



Estudantes de Paris 8 aderem ao movimento contra política neoliberal

Estudantes da Universidade de Paris aderiram à greve contra a política neoliberal implementada por François Hollande. As assembleias gerais aconteceram no início de março e a decisão pela

greve foi amplamente vencedora. Paris 8 participa dessa greve geral com a mesma ênfase com que os estudantes de maio de 1968 participaram da última greve dessas proporções na França.



Nuit Debout: a ocupação das praças

A foto acima retrata uma das noites do "Nuit Debout" (Noite em pé) na Praça da República, em Paris. Esse foi o nome que os manifestantes deram à ocupação das praças na França. O movimento se inspira no "Occupy Wall Street" e no "Indignados". O primeiro foi um movimento espontâneo nos

Estados Unidos, em 2011, contra a política neoliberal que hoje hegemônica os estados ocidentais e amplia as desigualdades. O segundo foi um movimento ocorrido na Espanha, também em 2011, contra a política econômica e eleitoral do país.

MAIO de 1968!

Truffaut apoiou a greve geral



Fotos: 1 (esquerda) policiais contra manifestantes na greve de maio de 1968. 2. (direita, acima) Godard, Truffaut e Louis Malle, no Festival de Cannes em maio de 1968. 3. (direita, abaixo) Tanques do exército contra manifestantes em maio de 1968, na França.

Não são muitos os amantes do cinema que dedicaram mais a vida    sétima arte do que François Truffaut. O diretor francês de cinema fundou o Cercle Cin  mane aos 15 anos. Aos 18, tornou-se secretário de André Bazin, com quem aprendeu sobre teoria de cinema.

Ainda com 18 anos, Truffaut entrou para o Objectif 49, grupo de estudo de cinema do qual participaram jovens talentos como: Orson Welles, Roberto Rossellini, Jean-Luc Godard, Suzanne Schiffman e Jean-Marie Straub.

A base teórica do jovem cinéfilo permitiu-o participar muito cedo do *Cin   club du Quartier Latin*, com um artigo sobre o filme *A Regra do Jogo*, de Jean Renoir.

Em 1951 fundou, juntamente com Andre Bazin, a *Cahier du Cinéma*, a mais importante revista sobre a sétima arte da segunda metade do século XX.

Em 1954, fez seu primeiro curta: *Uma Visita*, que serviria de prelúdio ao longa-metragem *Os Incompreendidos*. Juntamente com *O Amor aos Vinte Anos*, *Beijos Proibidos*, *Domicílio Conjugal* e *Amor em Fuga*, contam a história de Antoine Doinel, considerado por muitos como uma espécie de *alter ego* de Truffaut.

Depois de ter se tornado crítico de

cinema internacionalmente conhecido, Truffaut surpreendeu ao se tornar um dos melhores diretores de cinema de todos os tempos, tanto de crítica quanto de público.

Fundou o movimento *Novelle Vague* e praticamente reinventou o cinema. Em 1966, levou para as telas a obra *Fahrenheit 451*, que foi indicada para o British Academy of Film and Television Arts (BAFTA), Leão de Ouro e Pr  mio Hugo.

Todo amor e dedica  o de Truffaut pelo cinema não o impediu que em 10 de maio de 1968 entrasse no Festival de Cannes (principal evento de cinema da França) e defendesse a suspensão da premia  o.

A razão do aparente antagonismo de a  o e paixão se explica pela consciência de coletividade do diretor francês. Em 1968, eclodiu na França um movimento espontâneo que começou nas universidades, mas que rapidamente se espalhou por toda a França: a greve geral de maio de 1968.

A greve foi um dos mais importantes movimentos operários da segunda parte do século XX. Milhões de franceses ocuparam as ruas de Paris. O povo estava cansado da política liberal de Charles De Gaulle. Clamavam por uma França socialista. Truffaut, apesar de seu amor pelo cinema e pelo Festi-

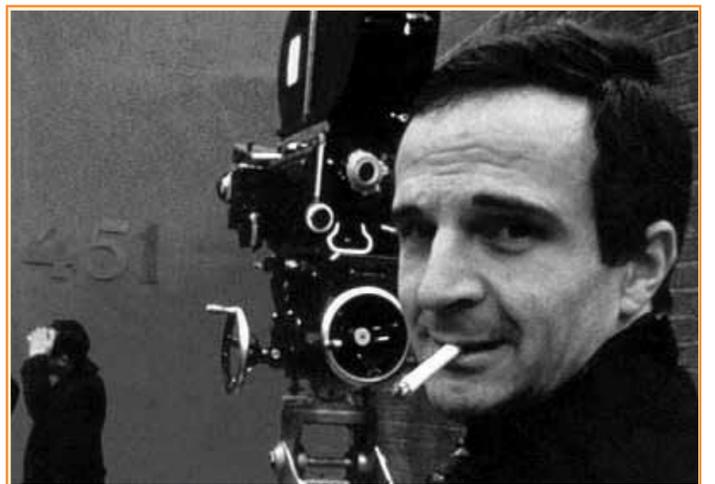
val de Cannes, defendia que o correto a se fazer era fechar o festival e apoiar os movimentos operários.

Ele entrou em Cannes com Jean-Luc Godard e mudou a rotina do festival. Abriu um período de debates sobre a conjuntura da França. Ao fim, todos os principais diretores aderiram ao movimento de apoio e terminaram o festival sem premia  o. Ocuparam as ruas da cidade juntamente com os operários e estudantes.

De Gaulle refugiou-se fora de Paris e colocou o exército para conter as manifesta  es. Terminou derrubando o governo e convocando novas elei  es.

Maio de 1968 ficou profundamente marcado na história da França e do Ocidente. Foi um marco que permitiu a rea  o ao movimento liberal do pós-guerra liderado pelos Estados Unidos e seguido pela França, Inglaterra, Alemanha Ocidental. Influenciou também a passeata dos 100 mil no Brasil, contra a ditadura militar.

Infelizmente, as manifesta  es na América Latina não obtiveram o mesmo êxito que na Europa. A linha dura reagiu com mais força nas ditaduras sul-americanas, forçando uma intensifica  o na violência de estado e no exílio político.



Truffaut durante as filmagens de *Fahrenheit 451*

Mostra Truffaut

Na primeira semana de maio de 2016, a ASUNIRIO promover   a mostra Truffaut no Auditório Vera Jan  c  pulos. Serão quatro sessões de filmes na hora do almoço, franqueadas a servidores, estudantes e demais integrantes da sociedade, com o objetivo de rever a obra do cineasta francês:

Dia 5. quinta-feira: 14h *Os incompreendidos*

Dia 6. sexta-feira: 14h *Fahrenheit 451*.

Dia 9. segunda-feira: 14h *Julie e Jim*.

Dia 11. quarta-feira: 14h *Noite Americana*

Os filmes serão exibidos às 14h. Após a exhibi  o da última sessão, na sexta-feira, dia 6 de maio, haverá um debate sobre o movimento de maio de 1968 e a atual greve geral francesa. Participa  o da mesa Gibran Jordão (diretor da FASUBRA e técnico-administrativo da UFRJ); Marcelo Badaró (doutor e professor do Programa de História da UFF); Mauro Iasi (doutor e professor do programa de Serviço Social da UFRJ).



Truffaut durante as manifesta  es de maio de 1968, na França



Operários na França durante a manifesta  o de maio de 1968

TRUFFAUT OR NOT TRUFFAUT, EIS A QUESTÃO!

Professora da Escola de Letras utiliza mal o nome de Truffaut com o intuito de assediar o movimento grevista, mas recebe resposta dos servidores no primeiro Consepe de 2016.

Uma servidora do Centro de Letras e Artes (CLA) da UNIRIO, que está em situação de chefia no curso de Letras, assediou servidores do Sistema de Bibliotecas e leu uma carta de ataque à greve dos técnicos-administrativos de 2015, durante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) realizado no dia 30 de setembro de 2015, desrespeitando deliberação progressiva do mesmo conselho, que apoiou a greve.

Mesmo estando ciente de que os servidores técnicos-administrativos da UNIRIO estavam em greve, a professora exigiu ser atendida como usuária da biblioteca. Ao perceber que não teria tratamento diferenciado, coagiu os servidores presentes a furarem a greve.

Os servidores do Sistema de Bibliotecas, contudo, têm uma atuação coletiva e não se intimidaram com a servidora docente. Estavam preparados para o movimento grevista e tiveram uma atuação exemplar no atendimento aos usuários, esclarecendo cada um sobre o corte de 10 bilhões de reais sofridos pela educação e o significado disso para a UNIRIO e para a Biblioteca Central.

Os servidores da biblioteca foram bastante atuantes e conscientes da importância de esclarecer o usuário sobre as razões da greve. A greve é um recurso extremo, mas às vezes é a única ferramenta cabível para garantir o funcionamento da biblioteca a médio e longo prazo.

Mesmo assim, pode acontecer de

o usuário ser acometido pelas suas necessidades mais imediatas e, por isso, ter rompantes de agressividade verbal. Nessas situações, é preciso paciência e firmeza, pois, passada a reação inicial, a tendência é que o bom senso e a temperança se estabeleçam e o usuário termine por se solidarizar com a causa que, ao cabo, garante o próprio espaço que ele frequenta.

Infelizmente, não foi esse o caso da servidora docente. Mesmo após o rompante passional, a servidora preparou um texto atacando a greve e o leu durante a sessão do Consepe, continuada no dia 30 de setembro de 2015, causando indignação aos servidores do CLA, do Sistema de Bibliotecas e da UNIRIO como um todo.

A docente usou o nome do cineasta François Truffaut para referendar seu ataque ao movimento paredista e citou o filme *Fahrenheit 451* para endossar seu texto.

A citação, no entanto, foi indevida. Truffaut foi importante crítico e diretor de cinema e participou da criação do movimento da *Novelle Vague* e do *Cahier du Cinéma*. *Fahrenheit 451* foi um filme de 1966, que criticava o abuso de um estado totalitário que temia a organização popular.

Na obra, a polícia invadia casa de cidadãos confiscando-lhes livros e proibindo-os de qualquer tipo de leitura e opinião. A resistência aos abusos de autoridade se deu pela organização coletiva de cidadãos que forneciam li-

vro e acesso a informação. O resultado era que os indivíduos conseguiam formar aquilo que o regime mais temia: consciência crítica.

Depois desse filme, Truffaut apoiou a greve de maio de 1968 na França e liderou um grupo de cineastas que impediu a realização do Festival de Cannes de 1968, em apoio à greve geral dos operários. Uma postura antagônica àquela defendida pela docente.

Nas assembleias de greve realizadas nos dias 5 e 8 de outubro, os servidores técnicos-administrativos fizeram uma moção de repúdio ao ataque contra a greve e ao mau uso do nome de Truffaut para endossá-lo.

Ataque à greve feito pela Diretora da Escola de Letras



Maria Helena Werneck, servidora que ocupava um cargo de direção no CLA, proferiu um ataque à greve dos técnicos-administrativos de 2015, na 383ª Sessão do Consepe. A diretora

também falou uma inverdade ao reduzir o movimento paredista a reivindicação salarial. Entre as principais pautas da greve estava o imediato retorno de R\$10 bilhões ao orçamento da educação, retirados de modo criminoso pelo governo federal e que cortou o capital patrimonial da UNIRIO pela metade e 10% da verba de custeio. A greve também teve como objetivo fazer frente ao ajuste fiscal que cortou direitos trabalhistas e ameaçou a gratuidade do SUS.

Reproduzimos a fala da diretora que se iniciou a 1h56min do Consepe realizado em 30/09/2015.

“Bom dia a todos. Eu peço a palavra na sessão do Consepe, desse dia 30 de setembro, para um breve relato aos membros do conselho e um apelo ao nosso Magnífico Reitor: Dirigi-me na segunda-feira, dia 28

de setembro, à biblioteca localizada na entrada do campus 346, fundos, com a intenção de solicitar empréstimo de alguns livros da bibliografia da disciplina História Social da Escrita e da Leitura. Fui barrada com firmeza pelo vigilante. Solicitei ser recebida pela diretora ou por algum funcionário. A única funcionária presente na biblioteca reafirmou que não haveria atendimento de qualquer natureza por orientação do Comando de Greve. Perguntei-lhe se havia entre os funcionários da biblioteca algum constrangimento por manterem por quatro meses seguidos a porta trancada da biblioteca que atende a cursos do CLA e do CCH. Ela me reafirmou que em hipótese nenhuma havia constrangimento porque esta foi uma decisão do movimento grevista e o que estava em foco era a luta salarial e não a função precípua da biblioteca. Lembrei ainda que em greves anteriores a biblioteca funcionava em regime de plantão semanal. Cheguei a argumentar que manter uma biblioteca fechada num campus era o mesmo que queimar os livros como no filme *Fahrenheit 451*, de François Truffaut. Mas não tenho certeza se os servidores dessa universidade temem hoje pelo incêndio de livros como a minha geração temeu. Magnífico Reitor, solicito que o senhor encaminhe ao

Comando de Greve dos Servidores a minha solicitação como Diretora da Escola de Letras, responsável pela disciplina História Social da Escrita e da Leitura e membro deste Consepe, no sentido de que se flexibilize a posição de manter inteiramente interdito o acesso a biblioteca, há anos maltratada por uma espera de obras que não acontecem, cujo único indício foi a lamentável alteração da tradicional fachada de tijolos aparentes, substituída por tapumes eternos. Assim como a PROGEPE destina um dia ao atendimento dos servidores, seria razoável que a biblioteca também destinasse um dia de plantão de atendimento aos leitores. Até o final da greve, e mesmo depois que o movimento se encerrou, proponho eleger a quarta-feira, uma quarta como o dia de hoje, como o dia dos livros na UNIRIO. Reitero: livros não consultados são como livros consumidos pelo fogo. Tenho certeza que a comunidade acadêmica não aceita com tranquilidade essa alongada interdição do funcionamento da biblioteca, o que provoca a perversa destruição das vias de acesso ao conhecimento. Agradeço a atenção de todos os membros desse egrégio conselho.”

Fonte: áudio da 383ª Sessão do Consepe no dia 30 de setembro de 2015, em www.unirio.br

FAHRENHEIT 451 um clássico dos anos 50

Fahrenheit 451 foi um marco na literatura do pós-guerra. Ele foi escrito por Ray Bradbury e publicado em 1953. A obra descreve uma distopia (uma sociedade organizada de modo antagônico ao de uma sociedade ideal). O gênero fez sucesso naquele período e tem como principais representantes o próprio *Fahrenheit 451*, 1984 (de George Orwell) e *Admirável Mundo Novo* (de Aldous Huxley).

Na história de Bradbury, a distopia acontece num futuro próximo, com um governo totalitário que teme a organização e a resistência populares. Por isso, o estado proíbe qualquer leitura. A informação é passada unilateralmente pela televisão, para manter os cidadãos coesos e submissos. A medicina (e seus profissionais) também servem ao estado. Os indivíduos são mantidos alegres com pílulas químicas.

Apesar da repressão contra qualquer manifestação coletiva, a sociedade conseguiu organizar uma resistência secreta. Leitores escondiam e compartilhavam livros. Havia uma polícia especial para destruir os livros e prender os leitores. Esses policiais eram conhecidos como *Fahrenheit 451*.

Bradbury queria fazer uma crítica à sociedade fascista e nazista que dominou grande parte da Europa na Segunda Guerra. Apesar da derrota de Hitler e Mussolini, os regimes totalitários não haviam sido totalmente varridos do velho continente. Uma parcela da popula-



ção ainda se seduzia pelo totalitarismo. Portugal e Espanha, por exemplo, mantinham o governo de Salazar e Franco.

A obra de Bradbury foi importante na luta contra a ideologia totalitária. Em 1966, foi levada para as telas do cinema. Imortalizou-se como um dos principais filmes de Truffaut, a ponto de ser mais citada como o filme do que como o próprio livro de Bradbury, até mesmo por docentes e pesquisadores da área de Letras. Uma injustiça, se considerarmos que a obra denunciava também a substituição da literatura pelo audiovisual.

Em 2013, o livro completou 60 anos desde sua primeira edição: um ano após o falecimento de Bradbury (6.6.2012) e quase trinta anos após o falecimento de Truffaut (21.10.1984). Ganhou, na época, uma nova edição pela Biblioteca Azul (selo de qualidade da Editora Globo) e pode ser encontrado por R\$34,90.

Moção de repúdio

Nós, técnicos-administrativos da UNIRIO em greve, tornamos público nosso repúdio ao constrangimento causado pela servidora docente Maria Helena Werneck, que ocupa o cargo de direção na Escola de Letras do Centro de Letras e Artes da UNIRIO, a uma servidora técnico-administrativa e a um segurança da Biblioteca Central, no dia 28 de setembro de 2015. A referida diretora humilhou tanto a servidora do Sistema de Bibliotecas quanto o segurança da Biblioteca Central e atacou o movimento grevista dos técnicos-administrativos da universidade.

Ao fazer uso de seu cargo para

constranger a servidora a furar a greve da categoria em defesa da universidade pública e dos direitos trabalhistas da população, a docente praticou abuso do poder que seu cargo lhe confere. A greve dos técnicos-administrativos das universidades públicas é uma greve nacional e legítima e se motiva contra o corte de mais de R\$10 bilhões na educação (que na UNIRIO se traduziu no confisco de 50% do capital permanente de 2015 e de 10% de seu custeio) e em defesa dos direitos trabalhistas, sendo igualmente contra as medidas arbitrárias do poder público que cortou pensões, seguros de-

semprego e que ameaça a gratuidade do SUS e do serviço público; e aos direitos trabalhistas com a aprovação das terceirizações amplas e fim do RJU pelo Projeto de Lei 4.330.

Os técnicos-administrativos em greve também repudiam o ataque à categoria perpetrado pela diretora em sessão solene do Consepe, no dia 30 de setembro de 2015. Ao citar Truffaut para atacar a greve, a docente demonstrou desconhecer a trajetória do cineasta. Truffaut participou dos movimentos de 1968 contra o governo francês. Defendeu que o Festival de Cannes daquele ano não fosse realizado em protesto à situação

de ataque aos direitos na França. Os técnicos-administrativos em greve ressaltam o valor que Truffaut dava ao cinema e ao festival. Entretanto, o cineasta possuía conhecimento suficiente de cidadania e sabia que um movimento coletivo não poderia ser solapado por necessidades individuais, fosse de críticos de cinema, cineastas ou mesmo docentes.

O filme *Fahrenheit 451* do cineasta – aludido pela diretora da Escola de Letras na sessão do Consepe – fala sobre a queima de livros em uma sociedade fictícia e fala com mais gravidade do assédio moral realizado por uma polícia que possuía

o poder de constranger servidores, trabalhadores e até policiais. Para o cineasta e para o autor do livro homônimo, Ray Bradbury, mais grave do que a queima de livros é uma estrutura de poder que invade domicílios e subjuga pessoas. Os técnicos-administrativos das universidades brasileiras têm gravados na memória 25 anos de ditadura civil-militar em que os direitos coletivos não eram reconhecidos e o governo perpetuava uma prática abusiva de assédio moral. Contra essa prática que ainda encontra espaço na universidade brasileira, os técnicos-administrativos apresentam seu repúdio.

**COORDENAÇÃO
JURÍDICA****Atenção: o atendimento da Coordenação Jurídica mudou para as quintas-feiras, de 10h às 17h, na sede da ASUNIRIO.**

Servidores vencem na questão da insalubridade

TCU revoga decisão de devolução de insalubridade.

O Tribunal de Contas da União decidiu seguir a jurisprudência e publicou novo acórdão (TCU 2.760), no qual revogou a decisão de cobrar a insalubridade dos servidores que a receberam de boa fé.

O órgão da justiça acompanhou o entendimento de que os servido-

res não podem ser penalizados pelos erros da administração, que não seguiu os critérios para produção dos laudos necessários à manutenção do pagamento de insalubridade.

A ASUNIRIO havia alertado a Reitoria da UNIRIO e ajudou, inclusive, produzindo os laudos dentro das

novas regras estipuladas pelo MEC. A instituição não conseguiu ter a agilidade necessária nos trâmites e terminou caindo na ilegalidade.

O advogado da ASUNIRIO entrou com pedido de mandado de segurança. A decisão do TCU, contudo, se deu com ato de embargo de

declaração oposto por Mariana Flores Fontes de Paiva. A ex-pró-reitora, que teve a mais competente atuação à frente dos recursos humanos desta instituição, ainda teve essa excelente atuação no caso da devolução indevida da salubridade.

Ação dos 28,86%

Processo 980003834-5: Gomes de Mattos – Em pagamento. Contato com a funcionária Andréia pelo telefone: 3231-7717. Podem entrar em contato com o escritório os titulares, pensionistas ou herdeiros.

Segue lista abaixo:

- 1- Antônio Eubenio Valverde Mariani Passos
- 2- Denise Neves Sabino
- 3- Ivone De Souza Mendes
- 4- Ivonete da Costa Carvalho
- 5- Janaína Braga Chaves
- 6- Jonas Sepulcro Guimarães
- 7- Luiz Henrique Correia
- 8- Marcelo Ferreira de Souza
- 9- Márcia Regina Dos Santos Nascimento
- 10- Margarida Sales Do Carmo
- 11- Maria Antônia Campos
- 12- Nair De Almeida Torres
- 13- Neuza Maria Soares Sorentino
- 14- Paloma Ribeiro De Almeida
- 15- Paulo Fernando Veneno De Oliveira
- 16- Rosimere Litorino Jorge
- 17- Sahiko Odani
- 18- Suzi Maria Fernandes
- 19- Teresa Cristina Cordeiro Pinheiro
- 20- Vânia Speiski Dos Santos
- 21- Viviane Peçanha Pinto
- 22- Wander Thadeu Soares Pinto
- 23- Wania Carla Dias De Freitas

Ação dos 3,17%.

Processo 2003.51.01.012775-5 – o servidor deve dirigir-se ao escritório do Dr. Luiz Fernando – Av. Rio Branco, nº 277, sala 908, telefones: 2233-4347/2233-3586.

- 1- Adalberto Pinto Canabarro
- 2- Almir Alves Ramos
- 3- Deolinda Manuela Gonçalves
- 4- Dino Faria
- 5- Edith Dutra Weck
- 6- José Luiz Figueiredo
- 7- Magdalena da Silveira Lourenço
- 8- Nadir Nunes Dos Santos Silva
- 9- Pulcherio De Calazans
- 10- Sandra Maria Silvino Mondaini
- 11- Vera Lúcia Pereira Gaspar

Ação do Plano Bresser

– Processo 1580/91: Gomes de Mattos. Contato com a funcionária Andréia pelo telefone: 3231-7717 (em caso de dúvidas, ligar para ASUNIRIO. Telefone: 25410924).

Número interno do documento: AC-2760-5/16-2
Número do Acórdão: 2760
Ano do Acórdão: 2016
Colegiado: Segunda Câmara
Processo: 001.584/2013-8
Tipo do processo: MONITORAMENTO (MON)
Interessado: 3. Embargante: Mariana Flores Fontes Paiva (118.458.737-00).
Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio.
Relator: VITAL DO RÊGO
Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
Sumário:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DO ACÓRDÃO 10.678/2015-TCU-2ª CÂMARA. EMBARGOS INTEMPESTIVOS. CONHECIMENTO EXCEPCIONAL, EM FACE DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO TRAZIDA AO DESCORTINO DESTA CORTE. PROVIMENTO. INCLUSÃO DO SUBITEM 9.1.3 NO ACÓRDÃO EMBARGADO.

Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Unirio, Srª. Mariana Flores Fontes Paiva, em face do Acórdão 10.678/2015-TCU-2ª Câmara, de 17/11/2015;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer excepcionalmente dos presentes Embargos de Declaração com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhes provimento;

9.2. acrescentar o subitem 9.1.3 ao Acórdão 10.678/2015-TCU-2ª Câmara, com a seguinte redação:

9.1.3. considerar prejudicado o cumprimento da determinação constante da parte final do subitem 9.7.14 do Acórdão 792/2008-TCU-2ª Câmara.

9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à embargante.

Quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Relatório:
Cuida-se de embargos de declaração opostos pela Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Unirio, Srª. Mariana Flores Fontes Paiva, em face do Acórdão 10.678/2015-TCU-2ª Câmara, de 17/11/2015, que, ao apreciar Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 7.296/2014-TCU-2ª Câmara, tor-

nou insubsistente, entre outros, o subitem 9.4.2, que aplicou multa à embargante no valor de R\$ 3.600,00, por descumprimento das determinações constantes dos subitens 9.7.13 e 9.7.14 do Acórdão 792/2008-TCU-2ª Câmara, reiteradas pelo subitem 1.6.1.3 do Acórdão 9.242/2011-TCU-2ª Câmara.

Em seu protesto recursal aviado à peça 83, protocolizado nesta Corte de Contas em 4/2/2016, após tomar ciência da decisão objeto de embargos em 15/12/2015 (peça 76), solicita, na essência, esclarecimentos acerca da abrangência e dos efeitos da decisão ora combatida, em face de suposta existência de falta de clareza.

Entende que o acolhimento, pelo Acórdão 10.678/2015-TCU-2ª Câmara, do Pedido de Reexame por ela apresentado, que resultou na insubsistência do item 9.4.2 do Acórdão 7.296/2014-TCU-2ª Câmara, dispensando a multa a ela aplicada, teria também dispensado o ressarcimento dos servidores apontados nos subitens 1.6.1.3, 1.6.1.3.1, 1.6.1.3.2, 1.6.1.3.3 e 1.6.1.3.4, todos do Acórdão 9.242/2011-TCU-2ª Câmara, cujo descumprimento originou a multa.

A favor de sua tese, menciona expressamente e transcreve trechos do Relatório, itens a.2.2, a.2.3, a.2.4 e a.2.5, e do Voto, itens 14 e 15, sob os quais se escudou o Acórdão 10.678/2015-TCU-2ª Câmara.

É o Relatório.
Voto:

Em apreciação, embargos de declaração opostos pela Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Unirio, Srª. Mariana Flores Fontes Paiva, em face do Acórdão 10.678/2015-TCU-2ª Câmara, de 17/11/2015. Referido decisum apreciou Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 7.296/2014-TCU-2ª Câmara e tornou insubsistente, entre outros, o subitem 9.4.2, que aplicou multa à embargante no valor de R\$ 3.600,00, por descumprimento das determinações constantes dos subitens 9.7.13 e 9.7.14 do Acórdão 792/2008-TCU-2ª Câmara.

Em seu protesto recursal aviado à peça 83, protocolizado nesta Corte de Contas em 4/2/2016, após tomar ciência da decisão objeto dos presentes embargos em 15/12/2015 (peça 76), solicita, na essência, esclarecimentos acerca da abrangência e dos efeitos da decisão ora combatida, em face de suposta existência de falta de clareza.

Entende a recorrente que o acolhimento, pelo Acórdão 10.678/2015-TCU-2ª Câmara, do Pedido de Reexame por ela apresentado, que resultou na insubsistência do item 9.4.2 do Acórdão 7.296/2014-TCU-2ª Câmara, tornando sem efeito a multa a ela aplicada, teria também dispensado o ressarcimento das quantias devidas pelos servidores enquadrados nos subitens 1.6.1.3, 1.6.1.3.1, 1.6.1.3.2, 1.6.1.3.3 e 1.6.1.3.4, todos do Acór-

dão 9.242/2011-TCU-2ª Câmara, cujo descumprimento originou a multa.

A favor de sua tese, menciona expressamente e transcreve trechos do Relatório, itens a.2.2, a.2.3, a.2.4 e a.2.5, e do Voto, itens 14 e 15, sob os quais se escudou o Acórdão 10.678/2015-TCU-2ª Câmara.

Observe, de início, que os embargos apresentados não atendem aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei 8.443/1992. A ciência da embargante acerca da decisão vergastada deu-se em 15/12/2015 (peça 76) e os recursos aclaratórios foram opostos apenas em 4/2/2016 (peça 83), quase cinquenta dias após sua ciência.

Esta Corte tem admitido os embargos intempestivos, de forma excepcional, desde que escorado em fatos novos que autorizem a dispensa do atendimento do requisito temporal de admissibilidade, a exemplo do que restou decidido no Acórdão 2.481/2007-TCU-2ª Câmara e Acórdão 6.731/2010-TCU-1ª Câmara.

In casu, contudo, apesar de não restar demonstrada a existência de fato novo a ser submetido ao descortino deste TCU, penso que os presentes embargos podem ser conhecidos em face da relevância do tema trazido pela embargante.

Destaco que a questão tratada nos presentes recursos poderá trazer impactos significativos na vida funcional de diversos servidores daquela Universidade, bem como gerar eventuais demandas judiciais quanto a temas já debatidos nestes autos, o que, a meu sentir, caracterizaria o interesse público a circundar a dúvida trazida a esta Corte, quando da execução da decisão ora embargada.

Não seria demais lembrar que a multa então aplicada a presente recorrente, por força do disposto no subitem 9.4.2 do Acórdão 7.296/2014-TCU-2ª Câmara, foi tornada insubsistente pelo Acórdão 10.678/2015-TCU-2ª Câmara, em razão de falha procedimental em não ter sido ela previamente avisada da possibilidade de aplicação da mencionada penalidade, nos termos do que prescreve o art. 268, § 3º, do RITCU.

Quando ao descumprimento dos subitens 9.7.13 e 9.7.14 do Acórdão 792/2008-TCU-2ª Câmara, cuja determinação foi reiterada pelo subitem 1.6.1.3, e respectivos desdobramentos, do Acórdão 9.242/2011-TCU-2ª Câmara, e que ensejaram a aplicação da multa à Srª. Mariana Flores Fontes Paiva, a decisão vergastada foi clara ao entender que a parte final do subitem 9.7.14 teve o seu cumprimento considerado prejudicado, não havendo mais providência a ser adotada por parte da Unirio.

Vale dizer que a parte final do item 9.7.14 do Acórdão 792/2008-TCU-2ª Câmara determinava àquela Universidade a ne-

cessidade de providenciar o ressarcimento das quantias recebidas indevidamente pelos servidores relativos aos adicionais de insalubridade e periculosidade, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990. A prejudicialidade de seu cumprimento residiu no fato de se ter reconhecido a subsunção do caso concreto discutido nos autos aos ditames das Súmulas TCU 249, para os servidores em atividade, e 106, para os servidores inativos, além da incidência da Súmula AGU 34. Eis o que restou decidido no Voto condutor da decisão guerreada:

A segunda parte do subitem 9.7.14 do Acórdão 792/2008-TCU-2ª Câmara, por sua vez, diz respeito a um possível ressarcimento ao erário dos valores recebidos indevidamente por servidores desde o ano de 2007. Quanto a esse ponto, acompanho o entendimento da Secretária de Recursos. A Súmula 249 do TCU levanta hipótese de possível dispensa da reposição de importâncias indevidamente percebidas, de boa-fé, por servidores ativos e inativos, e pensionistas, em virtude de erro escusável de interpretação de lei por parte do órgão/entidade, ou por parte de autoridade legalmente investida em função de orientação e supervisão, à vista da presunção de legalidade do ato administrativo e do caráter alimentar das parcelas salariais. Nessa mesma linha perflham as Súmulas 106-TCU e AGU 34.

Em juízo sumário, concordo com a Serur que estão presentes os requisitos necessários a aplicação da súmula. Assim sendo, entendo que a determinação perdeu parte de seu objeto e concordo com a unidade técnica em considerar prejudicado o cumprimento desse tópico.

Portanto, conforme exposto na decisão embargada, cujo excerto do Voto está acima transcrito, restou assente o entendimento firmado naquela oportunidade de que foi dispensado o ressarcimento previsto na parte final do subitem 9.7.14 do Acórdão 792/2008-TCU-2ª Câmara, em face de ter sido considerado prejudicado o seu cumprimento, em que pese tal conclusão não ter sido expressamente mencionada no Acórdão 10.678/2015-TCU-2ª Câmara.

Desse modo, conheço excepcionalmente dos presentes embargos aclaratórios para, no mérito, dar-lhes provimento em face do reconhecimento da omissão levantada pela recorrente.

Ante o exposto, VOTO para que o Tribunal adote a minuta de acórdão que ora submeto à consideração deste Colegiado.TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 1 de março de 2016.

Ministro VITAL DO RÊGO

Relator

Data da sessão: 01/03/2016

Ata: 5/2016

Presidenta que lutou pela privatização dos hospitais universitários pode sofrer impeachment



Por 367 a 146 votos, a Câmara dos Deputados decidiu que o processo de impeachment deve seguir o trâmite normal.

No domingo, dia 17 de abril, a Câmara de Deputados decidiu que há subsídios para prosseguir com o processo de impeachment. Apesar de a decisão ter sido política, uma vez que não há subsídios reais, a decisão da Câmara definiu um processo provavelmente irreversível para a presidenta.

A próxima etapa será a decisão do Senado. Eram necessários 342 votos pelo impeachment para que o processo prosseguisse. A oposição conseguiu 25 votos a mais que o necessário. No Senado, porém, é preciso apenas o voto da maioria simples, o que torna a decisão praticamente irreversível, uma vez que a casa suprema do congresso costuma ser mais conservadora.

Dilma privatizou os hospitais universitários, cortou direitos a pensão e auxílio-desemprego, impediu a legalização de terras indígenas, colocou um homofóbico da bancada evangélica na presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, efetuou cortes na educação e na saúde públicas, aumentou os servi-

ços da dívida pública em detrimento dos direitos sociais, cassou os direitos constitucionais individuais para homologar a lei da copa.

Além dessas ações, ainda possibilitou o trâmite da lei que termina com os direitos da CLT e do RJU: o PL 4.330.

Embora essas ações fossem suficientes para levar os trabalhadores a pedirem a saída da presidenta, não foi essa a alegação feita no Congresso para cassar o mandato da presidenta.

A alegação feita pela oposição ao governo foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo os opositores, a presidenta teria desviado, em 2014, R\$ 1,74 bilhão da Caixa Econômica para pagamento de (i) Bolsa Família: R\$ 717,3 milhões; (ii) Abono Salarial: R\$ 936,2 milhões; e (iii) Seguro-desemprego: R\$ 87 milhões.

Segundo a bancada conservadora da Câmara, não seria tolerável desviar recursos de instituições financeiras para fins sociais, pois fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apesar de ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, as contas da presidenta foram aprovadas pelo TCU e essa prática é uma constante praticada em todos os governos do executivo, incluindo as gestões tucanas dos estados, municípios e da era federal de FHC. Por isso, a prática é apelidada de “pedaladas fiscais” e segue uma máxima utilizada por parte dos administradores de “ilegalidade necessária”.

Na prática, não houve crime fiscal porque o executivo comprometeu-se a não produzir novas pedaladas. E não há nenhum indício de que novas pedaladas tenham sido feitas.

Mesmo assim, a oposição levou o caso adiante e obteve uma vitória política. O PMDB (vice da presidenta) se retirou do governo e luta agora para que o impeachment aconteça, com o apoio do PSDB, partido líder da oposição.

Se for bem sucedido, como deve acontecer, Michel Temer assumirá a presidência e levará adiante a política econômica do PT, mas sem o PT.

Conselhos superiores se reúnem em 2016.

Após o desrespeito sofrido pelos Conselhos Superiores durante o ano de 2015, com cassação de voz dos conselheiros em março, aprovação de orçamento no fim do ano de execução, eleição sem homologação das normas eleitorais e assinatura de contrato de cessão do hospital universitário sem a prévia autorização dos Conselhos Superiores, o ano de 2016 começou com o desrespeito à vontade dos conselheiros eleitos (que rejeitaram a Ebsersh por 24 votos a 23) e o uso dos votos biônicos da Reitoria.

Seguiu-se a aprovação do orçamento que também não teve pré-orçamento aprovado em 2015, como decidido em reunião do Conselho Universitário em setembro daquele ano.

No Consep de 3 de março de 2016, a Proplan apresentou “MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE

DISPÕE SOBRE AS NORMAS PARA A CRIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE LABORATÓRIOS E DE NÚCLEOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DA UNIRIO”, excluindo os técnicos-administrativos da coordenação dos laboratórios. A ASUNIRIO contestou propondo a seguinte redação para os artigos 13 e 14:

“Art. 13 – Cada Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão será administrado por um ou mais servidor(es) (docente e/ou Técnico-Administrativo) responsável (eis), que propuser(em) sua criação.

Parágrafo único - O(s) servidor(es) (docente e/ou Técnico-Administrativo) responsável (eis) deve(m) pertencer ao quadro permanente ativo ou inativo da

UNIRIO. (suprimir o trecho: “com comprovada produção na área de atuação do laboratório e reconhecida liderança entre os professores envolvidos”).

Art. 14 – Parágrafo único - O coordenador e vice-coordenadores devem ser servidores (docente e/ou Técnico-Administrativo) do quadro permanente ativo ou inativo da UNIRIO. (suprimir o trecho: “com comprovada produção na área de atuação do laboratório e reconhecida liderança entre os professores envolvidos”).

Foi proposta também por um docente a redação de uma moção contra o impeachment, em reunião conjunta dos dois conselhos. A reunião, porém, não aconteceu por falta de quorum.

MANIFESTO EM DEFESA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS COMO INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICA-ESTATAL, VINCULADAS ÀS UNIVERSIDADES, SOB A ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO:

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde aqui vem manifestar a sua posição contrária à implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsersh) nos hospitais universitários e em qualquer outro hospital-escola do país, porque considera a sua implantação uma afronta:

- 1) ao caráter público dos HUs e à sua característica nata de instituição de ensino vinculada à universidade;
- 2) um desrespeito à autonomia universitária garantida no artigo 207 da Constituição de 1988;
- 3) um risco à independência das pesquisas realizadas no âmbito dos HUs;
- 4) uma forma de flexibilizar os vínculos de trabalho e acabar com concurso público;
- 5) além de prejudicar a população usuária dos serviços assistenciais prestados pelos hospitais-escola e de colocar em risco de dilapidação os bens públicos da União ao transferi-los a uma empresa.

Impedir a implantação da Ebsersh (Lei nº 12.550/2011) nos hospitais-escola federais significa evitar a privatização do maior sistema hospitalar público brasileiro, composto por 45 unidades hospitalares. A implantação desta empresa representa uma séria ameaça para o Sistema Único de Saúde, consolidando o projeto privatista em curso.

A principal justificativa para criação da empresa apresentada pelo governo federal seria a necessidade de “regularizar” a situação dos funcionários terceirizados dos HUs em todo o país (26 mil trabalhadores no total). Entretanto, a proposta apresentada intensifica a lógica de precarização do trabalho no serviço público e na saúde, pois, ao permitir contratar funcionários através da CLT por tempo determinado (contrato temporário de emprego), acaba com a estabilidade e implementa a lógica da rotatividade, típica do setor privado, comprometendo a continuidade e qualidade do atendimento em saúde. A gestão hospitalar pela Ebsersh significa o oposto do que têm defendido e reivindicado os trabalhadores da saúde: no lugar do Concurso e Carreira Públicos teríamos o agravamento da precarização do trabalho. É inconstitucional e um ataque aos direitos trabalhistas duramente conquistados, pois desobedece a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.135/2007, que restabelece o Regime Jurídico Único (RJU) previsto no artigo 39 da Constituição Federal para contratação de pessoal na administração direta, autarquias e fundações mantidas com recursos do orçamento público que integram a administração indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A desobediência à Constituição, na Lei nº 12.550/2011, se estende ao prever, no artigo 7º, a cessão de servidores públicos para a Ebsersh com ônus para a origem (órgão do poder público). Esta cessão é inadmissível à luz dos princípios mais elementares do Direito, assim como obriga os servidores à prestação de serviços a entidades com personalidade jurídica de direito privado, quando foram concursados para trabalharem em órgãos públicos. Esses servidores, muitos deles qualificados com especializações, mestrados e doutorados, passariam a ter carga-horária, processos de trabalhos e de gerência determinados e controlados pela Empresa, que também passaria a definir metas e produtividade.

A saúde e educação são bens públicos, que não podem e não devem se submeter aos interesses do mercado. A Ebsersh nega esse princípio constitucional e abre espaço para mercantilização dos serviços de saúde prestados pelos HUs. O fato de se afirmar como empresa pública e prestar serviços para o SUS não resolve o problema, pois concretamente as possibilidades de “venda” de serviços pela Empresa são reais e estão postas na Lei. Inclusive, as atividades de pesquisa e ensino seguem podendo ser vendidas a entidades privadas por meio de “acordos e convênios que realizam com entidades nacionais e internacionais” (Lei nº 12.550/2011, artigo 8º, Inciso II), sendo esta uma das fontes de recursos da Ebsersh.

Outra grave afronta da Ebsersh diz respeito à autonomia universitária, que ficaria seriamente comprometida sob essa forma de gestão. Na prática, a gerência da Empresa, com poderes amplos para firmar contratos, convênios, contratar pessoal técnico, definir processos administrativos internos e definir metas de gestão, acabaria com a vinculação dos HUs às Universidades. Para o jurista Dalmo Dallari, os projetos que apontam para a desvinculação dos HUs das Universidades (como aponta a própria Ebsersh), carecem de lógica e razoabilidade jurídica.

Quebra-se também o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a verdadeira natureza dos Hospitais Universitários, que se limitariam, sob os ditames e gerenciamento da nova Empresa, a prestar serviços de assistência à saúde, conforme pactos e metas de contratualização.

Os serviços, regidos sob a lógica do mercado, prejudicariam a população usuária, pois ao ter por princípio tão somente o cumprimento de metas contidas no contrato de gestão firmado, não se teria garantias da qualidade dos serviços de saúde e do atendimento às demandas. Além disso, o número de leitos para os usuários do SUS seriam diminuídos, a exemplo do Hospital das Clínicas de Porto Alegre (apresentado pelo Governo Federal como modelo para implantação da Ebsersh) que tem dupla porta de entrada, vendendo 30% dos seus leitos para planos privados de saúde.

Vamos dizer não à implantação da Ebsersh nos Hospitais Universitários do Brasil! Diferente do que se afirma, a Ebsersh não pode ser vista como uma “imposição” legal ou como única possibilidade de sobrevivência dos HUs. Ao contrário, esses hospitais já estão consolidados como Centros de Excelência, nos campos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência, têm dotação orçamentária garantida por Lei e mantêm contratos de prestação de Assistência em Saúde, nos níveis de média e alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em várias áreas estratégicas desse Sistema. Portanto, servem diretamente a sociedade brasileira. Cada Universidade deverá decidir, nas suas instâncias colegiadas, se deseja ou não passar o seu patrimônio, o seu quadro funcional e os seus Hospitais de Ensino à gerência da EBSERH, e, se decidirem pela adesão, com isso abdicam da sua autonomia.

Considerando o que foi ao deliberado pela 14ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2011 e diante dos prejuízos que a implantação desta Empresa nos Hospitais Universitários do Brasil trará para os usuários, trabalhadores, estudantes e para a sociedade em geral, a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde conclama à comunidade universitária e aos Conselheiros das diversas universidades a rejeitarem, no Conselho Universitário, a sua implantação.

Espera-se que os Conselheiros Universitários não compactuem com a entrega do patrimônio do Estado a interesses privados travestidos de públicos, abrindo caminho para a corrupção que tem sido documentada por Tribunais de Contas, Ministério Público, órgãos de imprensa e movimentos sociais nos casos de terceirização da saúde no País.

Não se deixem intimidar pelas chantagens de que os HUs fecharão caso não seja aprovado o contrato com a Ebsersh! Com muita atenção acompanharemos mais esta tentativa de atingir o SUS e desrespeitar a decisão da 14ª Conferência Nacional de Saúde, em 2011, de não implantação da Ebsersh!

Pela Defesa dos Hospitais Universitários:

Concurso Público Já!
Por um Sistema Único de Saúde – SUS - Público e Estatal!

“O SUS é Nosso, ninguém tira da gente,

Direito garantido não se compra não se vende!”

Participe desta Luta!
Frente Nacional contra a Privatização da Saúde

500 anos de extermínio já destruíram um país inteiro, além de escravizar homens, mulheres e crianças

Há 500 anos, o povo guarani ocupava grande parte da América do Sul, desde os territórios hoje designados como Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai até o limite do Equador.

O primeiro contato com os espanhóis se deu em 1516. Durante um século, os guaranis resistiram bravamente ao invasor. Alguns costumes “bárbaros” de portugueses e espanhóis chocaram a cultura guarani, que até então não tinha tido contato com civilizações capazes de massacre infanticida ou escravidão.

Durante o século XVII, parte da etnia constituiu uma aliança com os jesuítas para construir uma resistência à violência ibérica. Organizou-se a primeira “República Guarani do Paraguai”, como foi definida por alguns pesquisadores recentes. Politicamente no período, contudo, definiam-se como uma província submetida ao rei da Espanha. A organização de uma província com esse nome pouco tinha em comum com o território pertencente hoje ao Paraguai.

A “República Guarani” se organizou em torno dos rios que serviam de “estradas” e comunicação entre as reduções. Redução (ou missão) era o termo utilizado pelos jesuítas para definir as cidades guaranis. Cada redução constituía uma pequena cidade, geralmente com oito a dez mil habitantes cada.

Elas tinham uma arquitetura comum: se organizavam em torno de igrejas e escolas. Dizem os viajantes que essas eram as mais belas cidades do novo mundo, muito melhor organizadas que as do restante das colônias.

A economia de cada redução sofria variação de uma cidade para outra. Na maior parte das vezes, os habitantes dedicavam de três a quatro dias de trabalho para a comunidade e descansavam ou garantiam para si

os outros três a quatro dias.

A produção de comida era dividida igualmente entre os habitantes organizados por representantes de ruas. Uma grande praça servia de espaço comum no centro da cidade. As reduções também desenvolveram manufaturas e uma pequena indústria com uma capacidade de exportação, apesar dos limites impostos pelas duas metrópoles ibéricas: Portugal e Espanha.

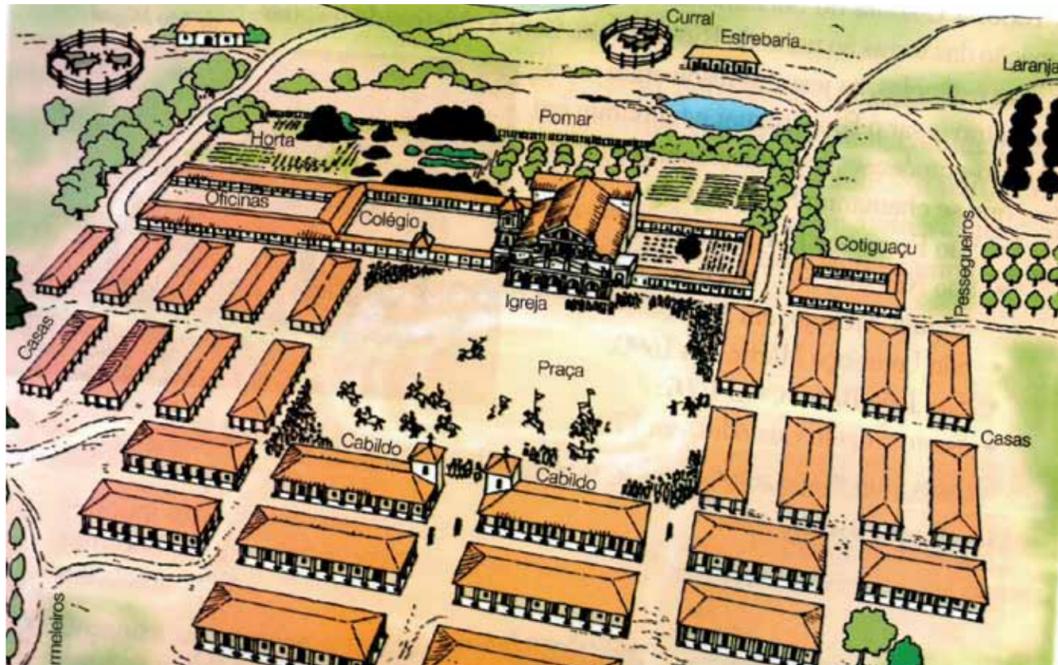
A “República Guarani” foi, durante algum tempo, uma forma de resistência moderada por parte dos índios. A intervenção jesuítica possibilitou que os habitantes das reduções tivessem status de cidadão cristão, o que dificultava (embora não impedisse) a escravização por parte dos bandeirantes.

A contrapartida era a assimilação da religião cristã e a renúncia aos deuses da tradição guarani. Uma troca considerável aceitável pelas mães de crianças que, no decorrer do último século, foram largamente sequestradas para fins de trabalhos forçados.

Na segunda metade do século XVII, praticamente todas as cidades da República Guarani tinham sua própria manufatura tecelã, produzindo vestimenta suficiente para as quatro estações do ano. As missões mais modestas tinham pelo menos dez oficinas. As mais abastadas chegavam até a 60 oficinas.

As cidades possuíam também olarias, moinhos, serrarias, fábricas de óleo, engenhos de açúcar, curtumes e até instalações para a recém-domesticada erva-mate. Todas essas construções ficavam sempre à margem da cidade. No centro, ou o coração em volta do qual a cidade se erguia, havia sempre uma igreja, uma escola e uma grande praça.

Comparadas às cidades do mesmo período no restante da América



Latina, a República Guarani se distinguia pela evolução econômica e política. No restante das colônias, o que se vivia era a total escassez de recursos, como bem descreve Caio Prado Junior em *História Econômica do Brasil*. Suas indústrias manufatureiras encontravam-se exclusivamente dentro dos engenhos de açúcar.

Charlevoix, em visita às cidades da república guarani, disse: “as reduções do Guairá podem rivalizar com as melhores cidades espanholas do Paraguai”.

Algumas reduções chegaram mesmo a ter uma incipiente indústria bélica clandestina, com produção de pólvora e armamento.

As reduções foram invadidas diversas vezes por bandeirantes brasileiros. Oficialmente, há registros de mais de 60 mil guaranis presos e escravizados indevidamente, mas se estima que esse número tenha ultra-

passado a cifra dos 300 mil.

Além desses, ainda há os que foram mortos sumariamente, sem chegar a se converter em escravos. Pode-se pensar que, ao todo, mais de um milhão de pessoas tenham sido vítimas da violência do Brasil durante a existência das reduções. Essa realidade terminou fazendo com que a República Guarani optasse por se interiorizar mais, abandonando as reduções mais próximas das terras portuguesas. A união entre Castela e Portugal, em meados do século XVII, contou com a intervenção papal, que proibiu a presença jesuítica nas reduções. Depois de abandonados pela Companhia de Jesus, os guaranis perderam a opção de convivência moderada com os europeus. Seguiu-se o massacre total dos moradores de todas as reduções da América do Sul.

Gomes Freire de Andrade utilizou-se das estratégias militares mais

modernas e isolou cidade por cidade guarani, a maior delas com 102 mil habitantes (a maior cidade brasileira do mesmo período tinha apenas 50 mil habitantes). Destruídas as unidades militares, Gomes Freire matava os civis de modo cruel.

Terminou assim a experiência mais bem sucedida da história do continente. Clóvis Lugon, pesquisador do tema, lançou a tese de que as reduções construiriam um país de tamanho médio, com uma complexa estrutura política e econômica, com cidades interligadas por comunicações hídricas. Sua tese encontra-se hoje publicada pela “Expressão Popular” e pode ser encontrada nas principais livrarias brasileiras. Na tese original publicada pela Paz e Terra, o autor formulou a hipótese de essa república ter sido a primeira experiência comunista dos estados modernos.

Governo federal promoveu a invasão da terra Mundukuru



Desde a ocupação ibérica, o povo Mundukuru ocupava o território que hoje se chama Sawre Muybu. O contato com a cultura de outras etnias aconteceu de modo efetivo com a interiorização nacional, após a expedição Roncador-Xingu, de 1943.

O território é ocupado de modo legítimo há mais de cinco séculos. A Fundação Nacional do Índio (Funai) já produziu os estudos necessários para definir a Terra Indígena Sawre Muybu. No entanto, o governo federal deliberadamente não permitiu que o processo tramitasse.

O motivo de o governo não deixar que se oficialize a posse da terra Mundukuru tem como principal objetivo acabar com parte do território e garantir a construção de 43 hidrelétricas.

Só com a hidrelétrica de São Luiz, serão destruídas 14 lagoas e inundados 178 mil hectares da Terra Indígena Sawre Muybu.

As barragens de São Luiz afundarão também 376 km² de floresta com espécies ameaçadas, como onça-pintada, tatu-canastra e o boto-cor-de-rosa, além de 70 espécies

endêmicas da região.

O povo Mundukuru tem resistido bravamente e defendido seu território secular. No início de abril, o governo federal ordenou que o exército invadisse a região sem conversar nem negociar com os caciques das tribos Mundukuru. O objetivo foi intimidar toda a etnia.

Os Mundukuru responderam com organização e fizeram uma grande assembleia, na qual produziram coletivamente uma carta que reproduzimos nesta edição.

O Ministério Público Federal se pronunciou a favor da demarcação da Terra Indígena Sawre Muybu. O governo federal, contudo, manteve sua decisão.

A presença da Força Nacional contra o povo Mundukuru e outras etnias atingidas por São Luiz e Belmonte ratifica a violência estabelecida contra os povos residentes no Brasil antes da entrada dos países ibéricos.

As entidades internacionais de direitos humanos e grupos como o Green Peace têm apoiado a luta Mundukuru.

Carta aberta do povo

Munduruku ao povo brasileiro

Em nome do povo Munduruku, representado aqui pelo cacique-geral Munduruku Arnaldo Caetano Kabá; cacique Juárez da aldeia Sawre Muybu; Josias Manhuari, coordenador da Associação Indígena Pussurú; Maria Leusa, coordenadora do Movimento Iperêg ayú; Adalto Akay, chefe dos guerreiros; Lucivaldo Karo, liderança da praia do Manguê; Valdeni Munduruku, líder da aldeia Teles-Pires.

Denunciamos e repudiamos o pronunciamento do ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, sobre seu comentário em que afirma, em audiência pública no Congresso Nacional no dia 15/04/15, “ter bom diálogo com os Munduruku” sobre os empreendimentos de barragens no rio Tapajós, sendo que em nenhum momento o governo ou o Estado brasileiro abriu espaço para o diálogo.

Ao invés do diálogo, o governo enviou forças armadas para a nossa região na tentativa de nos intimidar, garantindo os estudos dos pesquisadores em nosso território, mesmo contra nossa vontade.

E assim como já nos manifes-

tamos contra a construção dessas barragens em nossos rios, que ameaçam nosso modo de vida em assembleias e manifestações anteriores, voltamos a afirmar, através desta carta, que não aceitamos esse projeto de morte do governo.

Afirmamos que procuramos diálogo com o governo no começo deste ano quando entregamos nas mãos do ministro Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência da República, um protocolo de consulta prévia, construída pelo povo Munduruku no qual falamos como queremos ser consultados e NUNCA recebemos respostas do governo federal.

Aproveitamos a oportunidade para exigir a demarcação da Terra Indígena Sawre Muybu, no médio Tapajós.

Queremos reafirmar que não aceitaremos esses empreendimentos em nossos territórios e resistiremos bravamente pelas nossas vidas.

Sawe

Sawe

Sawe

Polícia Federal atacou aldeias Pataxó em janeiro deste ano



No dia 19 de janeiro de 2016, três aldeias Pataxó da Terra Indígena Comexatibá foram surpreendidas com uma reintegração de posse e despejo, por decisão de um juiz federal.

O povo Pataxó ocupa tradicionalmente as terras ao sul da Bahia há quase dois séculos e já teve seu processo reconhecido pela Funai. O tema não deveria ser decidido antes de se esgotarem todos os recursos, o que não foi o caso dessa decisão. O juiz federal que definiu a reintegração de posse é de primeira instância.

Apesar da precariedade da decisão, a polícia federal agiu inesperadamente atacando as três aldeias. Na foto acima, o registro de uma escavadeira que demoliu a escola pública da aldeia. Também foram destruídas

as casas e um posto de saúde.

Algumas crianças foram feridas no processo e o material didático da escola foi abandonado a um quilômetro do local.

O uso de forças federais na operação chocou a opinião pública e observadores internacionais presentes nas aldeias atacadas.

Os policiais chegaram às sete da manhã do dia 19 de janeiro (fora do horário legal) e não deram tempo suficiente para os moradores retirarem seus pertences, já que grande parte dos utensílios pessoais encontravam-se dentro das casas demolidas.

A aldeia se preparava para a comemoração de uma data festiva: o dia de São Sebastião, que ocorreria no dia 20 de janeiro, mas a ação po-

licial destruiu a tradicional festividade da aldeia.

Houve comção pública contra a violência cometida pelo estado contra o povo Pataxó, e os servidores técnicos-administrativos da UNIRIO, reunidos em assembleia em janeiro, subscreveram a moção de apoio que está publicada nesta edição.

Além das três aldeias vítimas da violência policial, havia mais seis na mesma situação. No dia 17 de março deste ano, a desembargadora federal Mônica Sifuentes suspendeu a ação de despejo das outras seis aldeias.

A invasão a Terra Indígena Comexatibá acirra a violência contra os povos indígenas proferida pelo estado luso-brasileiro há mais de 500 anos.

Moção de apoio ao povo Pataxó da Terra Indígena TI Comexatibá, alvo de destruição de suas aldeias em Cumuruxatiba/BA

O povo indígena Pataxó que habita o extremo sul da Bahia, no município de Prado, na vila de Cumuruxatiba, desde o dia 19 de janeiro de 2016 vem sofrendo com a truculência da Polícia Federal, Militar e Civil no cumprimento de um mandato judicial de reintegração de posse, com a ordem de desocupação das aldeias Kaí, Pequi, Tibá, Taxá e Alegria Nova, integrantes da Terra Indígena TI Comexatibá, em razão de decisão liminar proferida em 14 de julho de 2015, nos autos do processo de nº 0003211-77.2013.4.01.3313, em trâmite na Vara Única da Justiça Federal de Teixeira de Freitas.

Aproximadamente cem famílias das aldeias Kaí e Pequi foram surpreendidas na manhã do dia 19. Sem nenhum aviso prévio do Poder Judiciário ou da Polícia, os índios foram vítimas de uma ação policial extremamente violenta, que bloqueou as estradas, isolando-os nas aldeias, não deu tempo suficiente para que preservassem objetos pessoais, como roupas, móveis e alimentos, demoliu todas as casas, postos de saúde, escolas, hortas, centros culturais, destruindo não só o espaço físico, mas todos os elementos que os identificam como povo e que lhes conferem integridade e personalidade, numa clara violação aos seus direitos humanos.

As famílias encontram-se, agora, aguardando orientação e ações da Funai (Fundação Nacional do Índio), contudo, estão em situação de total desamparo, desabrigadas e sem sua fonte de renda e alimentação, já que sua subsistência provém da terra que tradicionalmente ocupam. Além disso, os habitantes das demais aldeias ainda não desocupadas esperam, com apreensão, pela intervenção policial, com muito medo de que seja igualmente violenta.

Cabe ressaltar que o Ministério Público já se posicionou contra essa reintegração de posse, uma vez que é arbitrária e desconsidera o recen-

te reconhecimento da região como território indígena, mediante laudo antropológico da Funai.

A terra, que garante identidade física e cultural, além de representar a fonte econômica dos pataxós, foi identificada e delimitada como tradicionalmente sua, conforme Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatibá, publicado no dia 27 de julho de 2015 no Diário Oficial da União (nº 141, Seção 1, fls. 39/45), no processo de demarcação realizado pela Fundação Nacional do Índio.

Com isso, os conflitos com não índios interessados na exploração do território, como grandes empresários, fazendeiros e pousadeiros, intensificaram-se. Além de várias ações judiciais de reintegração de posse, episódios de violência contra os índios ocorreram com frequência, como incêndio a casas, a seu centro cultural e ônibus escolares indígenas.

Há anos, os pataxós lutam pelo direito ao seu território tradicional. Há anos, têm sua dignidade violada em razão de interesses econômicos e individualistas de pessoas e grupos interessados tão somente em extrair o máximo de lucro e riquezas provenientes da terra. A resistência pataxó é longínqua, mas atual. Sua organização social, costumes, língua, crenças, tradições e os direitos sobre suas terras são inerentes à sua dignidade e personalidade e não serão violados sem luta e persistência.

Apoiamos a resistência Pataxó e conclamamos toda a sociedade a se empenhar contra a violência dos não índios, do Poder Judiciário e da Polícia Federal, Militar e Civil em relação ao povo indígena, exigindo a anulação da ordem de reintegração e defendendo a luta pela demarcação e ocupação de suas terras, que lhes foram tomadas desde o início da exploração branca do Brasil.



Holocausto Guarani Kaiowá

De origem incerta, é possível que os Guarani Kaiowá em Dourados sejam remanescentes do extermínio das Missões Jesuíticas (A "República Guarani") em 1757-1767.

Se for verdade, eles sobreviveram bem até o final do segundo império, quando a Cia. Mate Laranjeira ganhou do imperador o direito de explorar a região, em 1882.

Mas foi com a interiorização promovida por Vargas em 1943 que os Guarani Kaiowás foram presos em oito regiões de lama.

O confinamento do povo Guarani Kaiowá tem levado-os ao suicídio com frequência e representa um crime contra a humanidade. Em 2013, as lideranças Kaiowá publicaram uma carta que reproduzimos abaixo.

Decisão definitiva de 5.000 indígenas Guarani e Kaiowá para Governo

"Hoje no dia 12 de dezembro de 2013, nós 5.000 mil indígenas Guarani e Kaiowá do TEKHOHA YVY KATU recebemos notícia de mais uma ameaça de morte coletiva, é a ordem de violência contra nós e despejo expedida pela Justiça Federal do Tribunal Regional de São Paulo-S.P.

Assim, claramente a justiça brasileira vai matar todos nós Guarani e Kaiowá. Mais uma ordem de despejo da Justiça Federal deixa evidente para nós que a Justiça do Brasil está autorizando o extermínio Guarani e Kaiowá, as violências, morte coletiva, sobretudo extinção e dizimação Guarani e Kaiowá do Brasil.

Entendemos que em 10 anos, a Justiça Federal do Brasil já decretou várias vezes a nossa expulsão de nossa terra YVY KATU que significa que a Justiça do Brasil está mandando matar todos nós índios aqui no YVY KATU. Já faz dois meses que retornamos comunicar à Justiça Federal e ao Governo Federal que nós comunidades voltamos a recupar o nosso TEKHOHA YVY KATU e recomeçamos morar no pedaço de nossa terra. Avisamos também que não vamos

sair mais de nossa terra YVY KATU, aqui morreremos todos juntos, aqui queremos ser enterrados todos. Essa é a nossa decisão definitiva que não mudamos nossa decisão. Já enviamos e reenviamos várias vezes ao Governo Federal e ao Ministro da Justiça, à Presidenta Dilma, ao Ministério Público Federal, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Hoje 12/12/2013, mais uma vez, encaminhamos a nossa decisão definitiva à Presidenta Dilma e ao Presidente do Conselho Nacional da Justiça e do Supremo Tribunal Federal para entender e atender os nossos últimos pedidos. Demandamos às autoridades federais supremas do Brasil as seguintes. Estamos reunidos 4.000 mil Guarani e Kaiowá aqui no TEKHOHA YVY KATU para resistir à ordem de despejo, a nossa decisão é lutar até morte pela nossa terra YVY KATU, nem depois de nossa morte não vamos sair daqui do YVY KATU.

Pedimos ao Governo Dilma e Presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa para mandar somente enterrar coletivamente todos nós aqui no TEKHOHA YVY KATU.

Nem vivos e nem morto iremos sair daqui de nossa terra antiga. Com vida ainda, antecipamos os nossos pedidos à Justiça, esse nosso direito de ser sepultado ou enterrado aqui no YVY KATU, esse pedido exigimos à Justiça do Brasil.

Solicitamos ainda à presidenta Dilma, à Justiça Federal que decretou a nossa expulsão e a morte coletiva para assumir a responsabilidade de amparar e ajudar as crianças, mulheres e idosos (as) sobreviventes aqui no YVY KATU que certamente vão ficar sem pai e sem mãe após a execução do despejo pela força policial.

Uma vez que a Justiça Federal de Navirai-MS em novembro, já determinou o uso da força policial contra nossa vidas e luta, diante disso comunicamos à juíza federal que nós vamos resistir até morte à ordem de despejo, temos absoluta certeza que morreremos pela nossa terra YVY KATU, a juíza já está ciente de nossa decisão. Todas as autoridades também já estão cientes de nossa decisão que como povo nativo Guarani vamos lutar até a morte pela terra YVY KATU.

Hoje 12/12/2013, mais uma vez passamos comunicar ao juiz federal do Tribunal Federal de São Paulo que não vamos sair do TEKHOHA YVY KATU, aqui vamos resistir e morrer todos lutando. De forma igual, comunicamos à presidenta Dilma. Pela última vez, avisamos a todos (as) que a partir de hoje 12/12/2013, começamos a realizar um raro ritual religioso nosso de despedida da vida da terra, essa é a nossa crença, um ato consciente de preparação da vida para a morte forçada pelas armas de fogo dos homens brancos, ou melhor, começamos a participar da cerimônia de aceitação e confirmação da saída forçada da alma do corpo e sua volta ao cosmo Guarani em função da morte forçada no campo da luta.

Esse é um dos rituais de despedidas da vida que raramente se realiza, mas hoje começamos a praticar. Começamos a participar desse ritual de aceitação da morte forçada e despedida da vida, das famílias e dos amigos (as), pois sabemos bem que a Justiça Federal está autorizando os homens brancos armados para atacar e matar nós aqui no TEKHOHA YVY KATU.

Comunicamos a todos (as), pois nós Guarani e Kaiowá do YVY KATU decidimos a resistir à ação de despejo e seremos mortos pela arma de fogo dos homens brancos ou policiais. Não há dúvida. Não iremos recuar nem um passo para trás, vamos resistir por questão de honra e profundo respeito aos nossos ancestrais mortos no YVY KATU, decididos, vamos lutar e morrer pela nossa terra onde estão enterrados os nossos antepassados. Por essa razão, pedimos ao Governo e a Justiça para mandar enterrar nós todos aqui no TEKHOHA YVY KATU, porque nem vivo e nem morto não vamos sair do TEKHOHA YVY KATU.

Essa é a nossa decisão definitiva. Mais uma vez, convidamos a todas as sociedades nacionais e internacionais para acompanhar e assistir ao genocídio e a dizimação de 4.000 povo nativo Guarani e Kaiowá do YVY KATU pela justiça do Brasil por meio dos homens "brancos" POLICIAIS armados brasileiros aqui no Mato Grosso do Sul/BRASIL.

Tekoha Yvy Katu, 12 de dezembro de 2013"

TODO DIA É DIA DE ÍNDIO

Exposição *Ashaninka o poder da beleza*. Museu do Índio (Rua das Palmeiras, 55, Térreo)



Xingu

O filme conta a história dos irmãos Villas-Bôas: Claudio, Leonardo e Orlando, que, na década de 1940, participaram da Expedição Roncador-Xingu, com objetivo inicial de colonizar o Brasil ainda indígena.

Os irmãos trocaram de lado e passaram a defender os povos indígenas, tendo desempenho importante na construção do Parque Nacional do Xingu (reserva indígena do tamanho de um país). Indicado para crianças maiores de sete anos.



Em 19 de abril de 1940, na cidade de Patzcuaro (México), aconteceu o I Congresso Indigenista Internacional. Os povos indígenas quase o boicotaram. Três dias antes, porém, decidiram participar. Afinal, assuntos de seu interesse seriam decididos no encontro.

O boicote tinha uma forte razão: os povos indígenas são desrespeitados e massacrados diariamente desde 1492. E continuam a sê-lo. Tanto invasores europeus quanto o estado brasileiro ainda cometem crimes contra humanidade ao se tratar de povos indígenas.

Ao tratar o tema com crianças, é preciso ter alguns conceitos bem claros para não induzi-las a preconceitos nem se passar por boba (o) diante delas.

Os povos indígenas não são índios. São povos ou nações! Muitas delas tão distintas uma das outras quanto dos europeus. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, havia estimadamente mais de mil povos. A maioria foi massacrada e extinta. Hoje, restaram entre 200 e 300 povos no país. Alguns correm risco iminente de extinção, como os ava canoeiros, cujo número restante é de menos de dez pessoas. Destas, as únicas em idade de reprodução são irmãos.

Os povos indígenas não são primitivos. Muitos desses povos vivem como todos os seres humanos, com casas, roupas e utensílios da nossa sociedade. Outros povos vivem em distintas regiões do país com produção própria de utensílios (alimentação, moradia, vestimentas).

Seria mais correto chamar os povos indígenas de povos americanos, pois são os povos que habitam as Américas desde 15 mil anos, em contraposição aos imigrantes europeus, que só chegaram ao continente há pouco mais de 500 anos.

O extermínio dos povos indígenas não é devidamente investigado pelo estado, deixando-os vulneráveis à violência, principalmente por madeireiros, fazendeiros e grileiros do interior do país.

Em diversas prefeituras do interior, a polícia ainda é utilizada para invadir terras indígenas e matar crianças e adolescentes.

Os povos indígenas que se organizam para enfrentar a violência de estado e particular brasileira também realizam guerra com outros povos indígenas.

As fronteiras geopolíticas da América do Sul não coincidem com as fronteiras dos povos indígenas, de modo que alguns povos habitam territórios de dois, três e até quatro países.

Três anos depois do I Congresso Indigenista Internacional, Getúlio Vargas assinou um decreto-lei ofi-

cializando o dia do índio como o dia 19 de abril. A Organização das Nações Unidas (ONU), porém, oficializou o dia 9 de agosto como dia internacional de luta indígena.

Na história do país, os povos indígenas foram retirados do protagonismo de sua luta e seus heróis relegados ao ostracismo. Sabemos mais sobre os descendentes dos europeus que abraçaram a causa, sendo os mais importantes:

Os jesuítas, que participaram da organização da resistência indígena, aprendendo e publicando gramáticas de algumas línguas;

Marechal Cândido Rondon, que fundou o Serviço de Proteção ao Índio no Governo Vargas e constituiu a primeira reserva indígena brasileira;

Os irmãos Villas Boas, que, apesar de terem sido usados para mapear os povos para invasão e conquista do interior, aderiram à causa e foram grandes articuladores para criação do Parque do Xingu.

Na cidade do Rio de Janeiro, há dois museus que oferecem amplo material sobre o tema:

O Museu do Índio, na Rua das Palmeiras, 55, pertence à Funai e hoje tem três grandes exposições para visitação:

a *Ashaninka, o poder da beleza*, fala sobre o povo Ashaninka, uma grande nação que habita a floresta Amazônica e ocupa o espaço do Brasil e Peru. A exposição revela um pouco sobre suas tradições, mitos e luta contra os madeireiros na Amazônia.

A exposição do segundo andar se chama *No caminho das miçangas*. Ela mostra como as contas de vidro entram nos ritos, mitos e cultura de diversos povos indígenas.

No prédio anexo, há a exposição *O guarani no século XXI*, fruto de uma pesquisa sobre seis aldeias Mbya guaranis que habitam Rio de Janeiro e Espírito Santo. O interessante é que a pesquisa foi feita por guaranis, tornando o resultado mais limpo das impurezas etnocêntricas. As exposições são gratuitas.

Outro museu que também disponibiliza material sobre o tema é o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista.

Serviço:

Museu do Índio Rua das Palmeiras, 55

Horário: ter a sex: 9h às 17h.

sáb e dom: 13h às 17h.

Museu Nacional Quinta da Boa Vista sem número. **Entrada R\$12,00**

Horário: ter a dom: 9h às 17h.

sáb e dom: 10h às 17h.

A República Guarani

O livro de Clovis Lugon não é indicado para as

crianças, mas para aqueles que se interessam pelo tema e querem conhecer um pouco mais. Clovis conta como os jesuítas criaram um país indígena e como ele foi destruído pela Espanha nos anos de 1700.

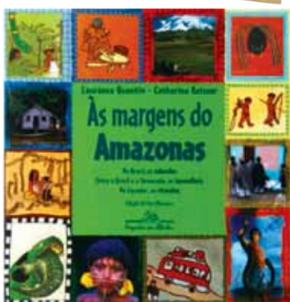
Título: *A República Guarani*.

Autora: Clovis Logon.

Introdução: Michel Levy

Preço: R\$20

Editora: Expressão Popular



Às margens do Amazonas

Essa obra foi lançada pela Companhia das Letras e conta um pouco da tradição do povo Otavalo e lanomâmi. Texto rico em informação.

Título: *As margens do Amazonas*

Autor: Laurence Quentin e Catherine Reisser.

Preço: R\$44,90

Editora: Companhia das Letras

PURATIG

Livro sobre mitos e contos do povo Saterê Mawé. O livro é escrito por Yaguarê Yamã, do povo Saterê Mawé e ilustrado por crianças da tradição.

Título: *Puratig-o remo sagrado*.

Autora: Yaguarê Yamã.

Ilustração: crianças Saterê Mawé

Preço: R\$28,00

Editora: Peirópolis



Manual do Papa Capim

Ótima obra sobre alguns povos e tradições com maior ênfase para as etnias do Parque Xingu.

Título: *Manual do Índio do Papa Capim*

Preço: R\$10,00

Editora: Globo



AGENDA
21

ABRIL



Estreia: *MOGLI o menino Lobo*

O novo filme da Disney surpreende pela qualidade e é a pedida para o cinema. O filme agrada tanto crianças quanto adultos.

Para Fazer com as mãos

Boneca de palha de milho: Nesta atividade usamos palha de milho; retalho de tecido para o vestido; barbante de sisal; uma caneta hidrocor preta; lâ; tesoura; e linha se quiser dar ponto abaixo do braço do vestido.



material

use 4 barbantes

alinhe os barbantes

junte uma das pontas



Dê um nó.

trance os barbantes

dê um nó na outra ponta e corte



junte as palhas

use o barbante trançado e faça uma volta para cabeça da boneca



Corte um buraco no tecido para passar cabeça

Use lâ para o cabelo

junte as pontas da lâ



amarre-as com um fio de lâ no pitoco da palha e pinte o rosto.